

SUMÁRIO

<u>1 – Apresentação</u>	<u>1</u>
<u>2 – Dados Pessoais</u>	<u>2</u>
<u>3 – Formação Acadêmica / Titulação</u>	<u>3</u>
<u>4 – Atuação Profissional.....</u>	<u>4</u>
<u>5 – Áreas de Atuação.....</u>	<u>5</u>
<u>6 – Idiomas</u>	<u>6</u>
<u>7 – Produção C, T & A.....</u>	<u>7</u>
<u>7.1 – Produção Bibliográfica.....</u>	<u>7</u>
<u>7.1.1 – Artigos completos publicados em periódicos.....</u>	<u>7</u>
<u>7.1.2 – Livros Publicados</u>	<u>8</u>
<u>7.1.3 – Capítulos de livros publicados.....</u>	<u>8</u>
<u>7.1.4 – Artigos em jornal de notícias.....</u>	<u>9</u>
<u>7.1.5 – Artigos em revistas (Magazine).....</u>	<u>10</u>
<u>7.1.6 – Demais produções bibliográficas.....</u>	<u>14</u>
<u>7.2 – Produção Técnica</u>	<u>16</u>
<u>8 – Eventos</u>	<u>18</u>
<u>9 – Prêmios e Títulos</u>	<u>20</u>
<u>10 – Participação em Banca</u>	<u>21</u>
<u>10.1 – Banca de trabalhos de conclusão (mestrado).....</u>	<u>21</u>
<u>10.2 – Banca de trabalhos de conclusão (curso de aperfeiç./especialização)..</u>	<u>22</u>
<u>10.3 – Banca de trabalhos de conclusão (graduação).....</u>	<u>23</u>
<u>10.4 – Banca de comissões julgadoras (concurso público)</u>	<u>23</u>
<u>11 – Totais de produção</u>	<u>24</u>

1 – Apresentação

Walter Nunes da Silva Júnior possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1987) , Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2006) . Atualmente é Professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Juiz Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte e Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE.

2 – Dados Pessoais:

Nome	Walter Nunes da Silva Júnior
Nome em citações bibliográficas	SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da.
Sexo	Masculino
Filiação	Walter Nunes da Silva e Maria Arimathea Pereira Nunes
Nascimento	16/10/1963 - Natal/ RN - Brasil
Carteira de Identidade	283352 SSP - RN - 10/10/2002
CPF	50071602453
Endereço residencial	Av. dos Caipós, 2000 Pitimbu – Natal 59.069-660, RN – Brasil Telefone: 84 32186674
Endereço profissional (1)	SHS Brasil XXI, Ed. Business Center Park I Quadra 6, Bloco “E”, Cj. “A” Sala 305/1311 Brasília. DF- 70.322-915
Endereço profissional (2)	Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, Seção Judiciária do RN. Rua Dr. Lauro Pinto, 245 Lagoa Nova – Natal 59064-250, RN – Brasil - Telefone: (84) 3235-7433
Endereço eletrônico	e-mail para contato: walterjr@jfrn.gov.br e-mail alternativo : walterjr@ajufe.org.br

3 – Formação Acadêmica / Titulação

- 2006** **Doutorado em Direito.**
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil
Título: Teoria Constitucional do Direito Processual Penal;
limitações fundamentais ao exercício do direito de punir no
sistema jurídico brasileiro, ano de obtenção: 2006
Áreas do Conhecimento: Direito Processual Penal
- 1999** **Mestrado em Direito.**
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil
Título: Poder Judiciário Democrático-Constitucional: uma apreciação
política de sua estrutura, Ano de Obtenção: 2000.
Orientador: Francisco de Queiroz Cavalcanti.
Áreas do Conhecimento: Direito Constitucional
- 1987** **Graduação em Direito**
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 1986.

4 – Atuação profissional e aprovação em concurso

Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE

2006 – Atual Enquadramento funcional: PRESIDENTE

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

1993 - Atual Enquadramento funcional: PROFESSOR TITULAR, carga horária:
20h/a

Tribunal Regional Eleitoral do RN - TRE/RN

1993 - 1995 Enquadramento funcional: JUIZ DO TRIBUNAL ELEITORAL DO
RN.

Procuradoria da República no Rio Grande do Norte – PRRN

1991 – 1991 Enquadramento funcional: PROCURADOR DA REPÚBLICA.

Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - SJ/RN

1991 - Atual Enquadramento funcional: JUIZ FEDERAL, Regime: Integral

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte - TJRN

1988 - 1991 Enquadramento funcional: JUIZ DE DIREITO

Instituto Nacional da Reforma Agrária- INCRA

1990- 1990 Enquadramento funcional: PROCURADOR FEDERAL

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte - MPRN

1988 - 1988 Enquadramento funcional: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Conselho da Justiça Federal- CJF

Enquadramento Funcional: Auxiliar Judiciário

5 – Áreas de atuação acadêmica

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Processual Penal.
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Penal.

6 – Idiomas

Compreende.....: Italiano (Bem), Inglês (Bem) Espanhol (Bem).

Fala: Inglês (Bem).

Lê: Inglês (Bem), Espanhol (Bem).

Escreve: Inglês (Razoavelmente).

7 – Produção C, T & A

7.1 – Produção Bibliográfica

7.1.1 – Artigos completos publicados em periódicos

FORO privilegiado. **Consultor Jurídico**, Madrid, v. 1, p. 1-2, 2007.

INDEPENDÊNCIA do Poder Judiciário Brasileiro. **Consultor Jurídico**, Madrid, v. 1, p. 1-2, 2006.

MEDIDA provisória: aspectos polêmicos. **Teia Jurídica**, [S.l.], 1996.

UMA PALAVRA sobre a súmula vinculante. **Justiça Federal do Rio Grande do Norte**, Natal, maio 2000. Disponível em: < <http://www.jfrn.gov.br>>. Acesso em: 19 maio 2000.

PREVIDÊNCIA única acaba com a harmonia remuneratória. **Consultor Jurídico**, Madrid, ago. 2007. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 27 ago. 2007.

SUPER-RECEITA é retrocesso no combate ao trabalho escravo. **Consultor Jurídico**, Madrid, fev. 2007. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 23 fev. 2007.

7.1.2 – Livros Publicados

CURSO de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. v. 1, 948 p.

MANDADO de segurança contra ato judicial: (doutrina e jurisprudência). Natal: Nordeste Gráfica, 1990. 147 p.

7.1.3 – Capítulos de livros publicados

INFORMATIZAÇÃO do processo II. In: CHAVES, L. A. (Org.). **Direito processual do trabalho**. São Paulo: Livraria Virtual LTr, 2007, v. 1, p. 415-439.

7.1.4 – Artigos em jornal de notícias e diários

O JUDICIÁRIO e a violência. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 27 out. 2007.

JUSTIÇA com menos papel e mais rápida. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 jan. 2007.

LEGITIMIDADE DO Ministério Público na defesa dos direitos individuais homogêneos disponíveis. **Diário do Poder Judiciário**. Salvador, ano 14, n. 3700, 23 fev. 2005. Caderno Opinião, p. 3.

PREVIDÊNCIA pública complementar para quem? **Fonte Notícias**, Maceió, 23 ago. 2007.

PRIVILEGIAR para quê? **Correio Braziliense**, Brasília, 1 jun. 2007.

_____. **Diário do Sudoeste**, Curitiba, 31 maio 2007.

_____. **Só Notícias**, Mato Grosso, 31 maio 2007.

_____. **Página 20**, Rio Branco, 1 jun. 2007.

_____. **Estado do Maranhão**, São Luís, 2 jun. 2007.

_____. **“24 Horas” News**, Mato Grosso, 4 jun. 2007.

SISTEMA de proteção aos juízes. **Correio Braziliense**, Brasília, n.15905, 04 dez, 2006. Caderno Direito e Justiça, p. 1.

7.1.5 – Artigos em revistas

1. ASPECTOS processuais da impugnação de mandato eletivo, **Revista CEJ/RN**, Natal, v.1, n.1, p.27-52, jul./dez. 1994.
2. COISA JULGADA: direito facultativo ou imperativo? **Revista de Processo**, São Paulo, ano 24, n. 95, p. 22-28, jul.-set. 1999.
3. COM a palavra. **Consulex**, Brasília, DF, ano 11, n. 256, p. 5, 15 set. 2007.
4. CONDIÇÕES da ação e pressupostos processuais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 16, n. 64, p. 70-79, out./dez. 1991.
5. CORREÇÃO monetária de benefício previdenciário em juízo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 31, n. 123, p. 47-50, jul./set. 1994.
6. AS CORRENTES Filosóficas do direito penal moderno. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru, SP, n. 25, p. 105-128, abr./jul. 1999.
7. CRESCIMENTO planejado não é esbanjamento. **Revista Justiça & Cidadania**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-2, 2007.
8. CRIME organizado: a nova lei. **Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados**, São Paulo, ano 21, v. 159, p. 19-46, jul./ago. 1997.
9. A DESCARACTERIZAÇÃO do crime de descaminho embasado apenas na inexistência de comprovação de recolhimento do imposto de importação. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 83, n. 706, p. 438-441, ago. 1994.
10. DIREITO-DEVER de trabalhar do condenado. **Revista Infor Meios**, Natal, p. 6-7, 31 mar. 2001.

11.O DIREITO penal e a criminalidade. **Revista do Curso de Direito da UFRN**, Natal, v. 1, n. 1, p. 121-141, jan./jun. 1996.

12.FORO privilegiado. **Netlegis**, Aracaju, 29 maio 2007.

13.A FUNÇÃO judicante do CADE. **Revista do CEJ/RN**, Natal, v. 4, n. 5, p. 201-225, nov. 1998.

14.GREVE dos juízes: contra ou a favor?. **Consulex**, Brasília, DF, ano 4, v.1, n. 38, p. 56-58, 29 fev. 2000.

15.IMPASSE na luta contra o trabalho escravo. **Revista do Direito Trabalhista**, Brasília, DF, v. 13, n. 1, p. 18, jan. 2007.

16.INFORMATIZAÇÃO do processo I. **Revista Justiça & Cidadania**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 22-25, 2006.

17.JUIZADOS especiais na justiça federal. **Revista de Processo**, São Paulo, ano 22, n. 87, p. 90-99, jul./set. 1997.

18.JURI Tribunal do Júri e as modificações propostas. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 46, n. 245, p.39-47, mar. 1998.

19.LEGISLAÇÃO para as eleições de 1994. **Revista Eleitoral**, Natal, v. 7, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 1994.

20.LITISCONSÓRCIO? **Consulex**, Brasília, DF, ano 3, n. 25, p. 25-29, jan. 1999.

21.MODELO de recrutamento dos juízes no Brasil. **Revista do CEJ/RN**, Natal, v. 5, n. 6, p. 251-287, dez. 1999.

22. MONOPÓLIO do serviço postal. **Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados**, São Paulo, ano 23, v. 171, p. 65-77, jul./ago. 1999.

23. A NECESSIDADE DE ampliação dos tribunais regionais federais. **Consulex**, Brasília, DF, ano 9, n. 204, p. 34-38, 15 jul. 2005.

24. UM PENSAMENTO inicial sobre a reforma do judiciário. **Revista da ESMARN**, Natal, v. 2, n. 2, 1997.

25. PROTEÇÃO aos juízes. **Consulex**, Brasília, DF, ano 11, n. 243, p. 29, 28 fev. 2007.

26. RACIONALIZAÇÃO e celeridade da instrução processual penal. **Revista MPMMG Jurídico**, Minas Gerais, p. 72-73, 31 mar. 2006.

27. RESPONSABILIDADE civil do estado por furto de veículo. **Consulex**, Brasília, DF, v. 1, n. 14, p. 28-33, fev. 1998.

28. REVISÃO Judicial das decisões do CADE. **Revista de Direito da Concorrência**, Brasília, DF, n. 12, p. 109-121, out./dez., 2006.

29. SÚMULA VINCULANTE. **Informativo Jurídico Consulex**, Brasília, DF, v. 13, n. 14, p. 22, abr. 1999.

30. O TRATAMENTO constitucional do sigilo da correspondência. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 41, p. 193-214, 2004.

7.1.6 – Demais produções bibliográficas (Conferência, palestra, seminário - Apresentação de trabalho)

1. ESTATÍSTICAS DO PODER JUDICIÁRIO, 2007.

Evento: AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO ESPECIAL DE LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS;

Inst.promotora/financiadora: AJUFE

Local: AJUFE; Cidade: BRASÍLIA.

2. DIREITOS HUMANOS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, 2006.

Evento: CONFERÊNCIA INTER-REGIONAL SOBRE SISTEMAS DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS;

Inst.promotora/financiadora: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Países participantes: Brasil, África do Sul, Índia, Reino Unido, Argentina, Peru, Chile, Colômbia, México e Venezuela.; Local: PALÁCIO DO ITAMARATI; Cidade: BRASÍLIA.

3. INDEPENDÊNCIA DO JUDICIÁRIO: UM CASO CONCRETO, 2006.

Evento: I CIMEIRA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL;

Inst.promotora/financiadora: SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) , DA GUINÉ-BISSAU

Com participação dos países membros: Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.; Local: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; Cidade: BISSAU.

4. MEDIDAS E PENAS ALTERNATIVAS, 2006.

Evento: SEMINÁRIO ACOMPANHAMENTO DE PENAS ALTERNATIVAS;

Inst.promotora/financiadora: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Local: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; Cidade: BRASÍLIA.

5. O PAPEL DAS ESCOLAS DA MAGISTRATURA DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 2004, 2006.

Evento: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO SUPERIOR;

Inst.promotora/financiadora: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Local: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO; Cidade: SÃO PAULO.

6. O SIGILO DAS CORRESPONDÊNCIAS PODE SER VIOLADO, POR AUTORIZAÇÃO LEGAL? *Evento: I CONGRESSO BRASILEIRO DE*

DIREITO PÚBLICO, dez de 1996;

Inst.promotora/financiadora:

Local:

Cidade:

7.2 – Produção Técnica

1. COMISSÃO PERMANENTE DOS JUIZADOS FEDERAIS instituída pelo Conselho da Justiça Federal - CJF, Brasília-DF, 2006.
2. CURSO DE PROCESSO DE CONHECIMENTO, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2003. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSUAL PENAL, Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN, 2003. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)
4. XII CURSO DE PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA, Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN, 2003. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
5. COMISSÃO DA INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO, AJUFE, coordenador da sugestão do projeto de lei de informatização (lei 11419/2006), 2000.
6. COMISSÃO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL, Instituída pela AJUFE, 2000.
7. COMISSÃO PARA ESTUDO DO REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, relator do regimento interno do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN, publicado em 2006, 1999.
8. CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PENAL E PROCESSO PENAL, Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte - ESMARN, 1997. (aperfeiçoamento, curso de curta duração ministrado)
9. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL BRASIL-ALEMANHA. DELEGAÇÃO BRASILEIRA QUE NEGOCIOU O TRATADO BILATERAL DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA PENAL BRASIL-ALEMANHA. Relator, 2005.
10. PROJETO DE DECLARAÇÃO DO 11º CONGRESSO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE PREVENÇÃO DO DELITO E JUSTIÇA PENAL, REALIZADO EM BANGKOK, TAILÂNDIA, NO PERÍODO DE 18 A 25 DE ABRIL DE 2005. Relator.

11. COMISSÃO FORMADA PELO MINISTRO WALDIR PIRES, MINISTRO DE ESTADO DE CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA, MARCO ANTÔNIO DINIZ BRANDÃO, EMBAIXADOR DO BRASIL NA TAILÂNDIA, CLÁUDIA CHAGAS, SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA, MARIA FELICIANA ORTIGÃO, PRIMEIRA SECRETÁRIA DA EMBAIXADA DO BRASIL EM VIÊNNA, ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, CARLOS EDUARDO VASCONCELOS, SUBPROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA, WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR, JUIZ FEDERAL, CÉSAR OLIVEIRA DE BARROS LEAL, MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL CRIMINAL E PENITENCIÁRIO, ROBSON ROBIN DA SILVA, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA NACIONAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, E PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA, PRIMEIRA SECRETÁRIA E CONSELHEIRA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DE ESTADO DE CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA. RELATOR DA PARTE DE PROCESSO PENAL (PORTARIA 2.199 DE 10 DE AGOSTO DE 2004) EMANADA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E ASSINADA PELO MINISTRO MÁRCIO THOMAS BASTOS.

8 – Eventos

1. A JUSTIÇA E O SEU PAPEL NO COMBATE À CONCORRÊNCIA DESLEAL. III SEMINÁRIO DO ETCO, palestrante, 2006.
2. SIMPÓSIO SOBRE A JUSTIÇA FEDERAL, palestrante, 2006.

3. FRAUDE NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, PRODUÇÃO CLANDESTINA E SONEGAÇÃO.FORUM FRAUDE NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, PRODUÇÃO CLANDESTINA E SONEGAÇÃO, palestrante, 2005.

4. I SIMPÓSIO SERIDOENSE DE DIREITO ELEITORAL, palestrante, 2004.

5. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PENAS ALTERNATIVAS , palestrante, 2004.

6. QUINTA JURÍDICA O PODER INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, palestrante, 2004.

7. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ADVOCACIA PÚBLICA, palestrante, 2003.

8. A REGULAÇÃO DE MERCADOS NA VISÃO DO JUDICIÁRIO. 2003. (Participações em eventos/Simpósio).

9. XX ENCONTRO NACIONAL DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL. 2003. (Participações em eventos/Encontro).

10. II ENCONTRO DOS JUÍZES E TURMAS RECURSAIS SECCIONAIS. 2003. (Participações em eventos/Encontro).

11. SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA DO PROCESSO BRASILEIRO, palestrante, 2002.

12. ASPECTOS JURÍDICOS DA ABERTURA DO MERCADO DE PETRÓLEO, palestrante, 2002.

13. SIMPÓSIO NORTE-RIO-GRANDENSE DE DIREITO CIVIL, palestrante, 2002.

14. CICLO DE ESTUDOS JURÍDICOS EM HOMENAGEM AO MINISTRO DJACI FALCÃO, palestrante, 1995.

15. SEMINÁRIO SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, palestrante, 1994.

16. CURSO PREPARATÓRIO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. SUJEITOS DO PROCESSO E CHAMAMENTO; SENTENÇA E EXECUÇÃO PENAL; PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES DE IMPRENSA, TRÁFICO DE ENTORPECENTES, FALIMENTARES E ABUSO DE AUTORIDADE; RECURSOS PENAIS; NULIDADES PENAIS, palestrante, 1993.

17. VII ENCONTRO ESTADUAL DE MAGISTRADOS, palestrante, 1992.

9 – Prêmios e Títulos

- 2007 Medalha Câmara Cascudo – Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte.
- 2002 Paraninfo, Universidade Federal Rio Grande do Norte-UFRN
- 2002 Patrono, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
- 2001 Paraninfo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
- 2001 Patrono, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
- 2000 Professor Homenageado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
- 1999 Título de Cidadão Areiabranquense, Câmara Municipal de Areia Branca
- 1996 Paraninfo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
- 1996 Patrono, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
- 1995 Medalha Djalma Aranha Marinho, Tribunal Regional do Trabalho Da 21ª Região
- 1995 Professor Homenageado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
- 1994 Paraninfo das Turmas Concluintes do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
- 1994 Patrono, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
- 1992 Título de Cidadão Tourense, Câmara Municipal de Touros

10 – Participação em Banca

10.1 – Banca de trabalhos de conclusão (mestrado)

1. Participação em banca de FÁBIO WELLINGTON ATAÍDE ALVES. EFETIVAÇÃO DA GARANTIA DE DEFESA NO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO: COLISÃO ENTRE PODER PUNITIVO E GARANTIA DE DEFESA, 2007 (Direito) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
2. Participação em banca de André Mauro Lacerda Azevedo. TRIBUNAL DE JÚRI E SOBERANIA POPULAR, 2007 (Direito) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
3. Participação em banca de Keyty Mara Ferreira de Souza e Saboya. NE BIS IN IDEM: LIMITES JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS À PERSECUÇÃO PENAL, 2006 (Direito) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

10.2 – Banca de trabalhos de conclusão (curso de aperfeiçoamento/especialização)

1. Participação em banca de DELLANO DE CARVALHO ANDRADE. AS PENAS ALTERNATIVAS NO NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO: UMA VISÃO MODERNA DAS PENAS ALTERNATIVAS, 2004 (DIREITO) Escola da Magistratura do RN.
2. Participação em banca de MILLENY NÓBREGA MONTEIRO. AS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO, 2004 (DIREITO) Escola da Magistratura do RN.
3. Participação em banca de Cláudia Patrícia Martins de Sá Muniz. DIREITO À IMAGEM NO ÂMBITO CONSTITUCIONAL, 2004 (Direito) Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte.
4. Participação em banca de NARA SANCHA FREIRE PONTES. O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS MUNICIPAIS BARSILEIRAS, 2004 (DIREITO) Escola da Magistratura do RN.
5. Participação em banca de ANDREO ALEKSANDRO N. MARQUES. A INCOMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PENAL E OS SEUS EFEITOS PROCESSUAIS, 2003 (DIREITO) Escola da Magistratura do RN.
6. Participação em banca de CARLA MARIA FERNANDES DE BRITO. ARCABOUÇO TEÓRICO DO PRINCÍPIO DA NÃO-CULPABILIDADE NO SISTEMA JURÍDICO-PENAL BRASILEIRO, 2003 (DIREITO) Escola da Magistratura do RN.
7. Participação em banca de Keity Mara Ferreira de Souza e Saboya. CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA NO PROCESSO PENAL, 2003 (Direito) Universidade Potiguar.
8. Participação em banca de FRANCISCO GABRIEL MAIA NETO. DIREITO CONSTITUCIONAL À LIBERDADE PROVISÓRIA: NATUREZA CAUTELAR DA PRISÃO PROCESSUAL, 2003 (DIREITO) Escola da Magistratura do RN.
9. Participação em banca de KEITY MARA FERREIRA DE SOUZA. SISTEMA ACUSATÓRIO: CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA NO PROCESSO PENAL, 2003 (DIREITO) Escola da Magistratura do RN.

10.3 – Banca de trabalhos de conclusão (graduação)

1. Participação em banca de Pedro Henrique Pereira. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E O ACESSO À JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE, 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

10.4 – Banca de comissões julgadoras (concurso público)

1. COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, 1998 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO.

2. PROCURADOR DA UFRN, 1998 Universidade Federal do Rio Grande do Norte

11 – Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicado em periódico

.....

7

Livros publicados

.....

2

Capítulos de livros publicados.....

.....

1

Jornais de Notícias.....

.....

3

Revistas (Magazines).....

.....

33

Apresentações de Trabalhos (Conferência ou palestra).....

.....

4

Apresentações de Trabalhos (Seminário).....

.....

2

Produção técnica

Curso de curta duração ministrado (extensão).....

.....

1

Curso de curta duração ministrado (aperfeiçoamento).....

.....

3

Produção técnica.....

.....

11

Eventos

Participações em eventos (congresso).....

.....

1

Participações em eventos (seminário).....

.....

4

Participações em eventos (simpósio).....

.....

5

Participações em eventos (encontro).....

.....

3

Participações em eventos (outra).....

.....

5

Participação em banca de trabalhos de conclusão (mestrado).....

.....

3

Participação em banca de trabalhos de conclusão (curso de
aperfeiçoamento/especialização).

.....

9

Participação em banca de trabalhos de conclusão (graduação).....

.....

1

Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público).....

.....

2